

Pista da discórdia

HELENA MADER

DA EQUIPE DO CORREIO

Os moradores do Lago Sul e de condomínios da região reúnem-se hoje, à noite, com representantes do governo para discutir o fechamento da pista de ligação entre a QI 27 e sete parcelamentos irregulares às margens da DF-001. Participam do encontro, que promete ser polêmico, defensores da interdição da via e a população que luta para manter a pista aberta. A HI 104 – como é conhecida a rua – corta o Parque Ecológico Bernardo Sayão e foi criada há quase 30 anos. Com a inauguração da Via Expressa, que liga os condomínios à Ponte JK, a Administração do Lago Sul quer fechar a pista. Mas a população dos parcelamentos irregulares garante que vai fazer o que for preciso para manter intacto o fluxo de veículos no local. As lideranças comunitárias prometem organizar manifestações e ir à Justiça para questionar o bloqueio da rua.

Na última sexta-feira, a via foi fechada por funcionários da Secretaria de Administração de Parques, que impediram a circulação de carros com cercas de arame e blocos de concreto. Os moradores de parcelamentos, contrários à medida, recorreram à Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais (Sucar) e a pista foi liberada na noite do mesmo dia.

A pista tem apenas 300 metros – trecho da HI 104 que cruza o parque ecológico. Alguns moradores da QI 27 acham que o tráfego de veículos na pista traz insegurança ao bairro e representa uma agressão ao meio ambiente. O Conselho de Segurança (Conseg) e a Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Comdema), entidades comunitárias do bairro, defendem a interdição definitiva da via e a proteção do Parque Ecológico Bernardo Sayão.

Membro do Conselho de Segurança do Lago Sul, Gilson Ornelas, que mora na QI 27, encaminhará expediente ao MP, pedindo que os promotores de Defesa da Ordem Urbanística impeçam o funcionamento da rua.

Marcelo Ferreira/CB



MORADORES DO CONDOMÍNIO QUINTAS DA ALVORADA PROMETEM RECORRER À JUSTIÇA, CASO A RUA VOLTE A SER BLOQUEADA: DESVIO PASSA POR PARQUE ECOLÓGICO

“A pista foi construída ilegalmente e virou rota de fuga para bandidos. Com seu fechamento, a violência no Lago Sul será reduzida”, defende Gilson.

Desvio

De acordo com a Associação dos Moradores do Setor Habitacional São Bartolomeu, mais de cinco mil moradores de sete condomínios utilizam a HI 104. O vaivém de carros na via é intenso durante todo o dia. O servidor público Ben-Hur Venturini mora no Quintas da Alvorada há 13 anos e passa pela rua diariamente para levar os filhos à escola. “Se a pista for fechada, vou ter que dar uma volta de mais de 10 quilômetros. Essa decisão de bloquear a passagem vai atrapalhar a vida de muita gente”, reclama Ben-Hur.

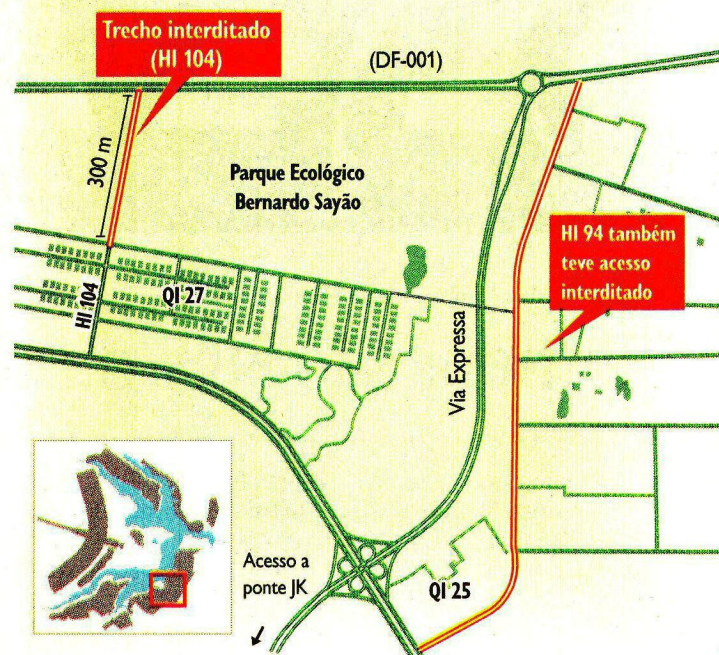
Em 1997, a Câmara Legislativa aprovou uma lei autorizando a criação da HI 104. Em 2002, o governador Joaquim Roriz assinou

decreto, aprovando o projeto urbanístico da pista. O síndico do Quintas da Alvorada e vice-presidente da Associação dos Moradores do Setor Habitacional São Bartolomeu, Célio Teixeira, garante que os advogados da entidade entrarão com ação na Justiça, caso o governo insista em fechar a via. “Vamos lutar até o fim pela manutenção do trânsito no local”, avisa Célio Teixeira.

O secretário de Administração de Parques, Ênio Dutra, garante que a pista será definitivamente fechada, mas não estabeleceu prazo para a interdição da HI 104. Ele explica que autorizou a reabertura da rua na última sexta-feira para evitar confronto com os moradores. “Vamos conversar com os conselhos comunitários para decidir quando vamos bloquear a pista de novo. Ela foi construída sem licença ambiental e ameaça a implantação do parque ecológico”, explica o secretário.

ONDE FICA

Administração do Lago Sul defende o fechamento da HI 104 para proteger o Parque Ecológico Bernardo Sayão



Proteção ao cerrado

O debate entre ambientalistas, moradores e representantes do Governo do Distrito Federal (GDF) ontem, na Comissão de Meio Ambiente da Câmara Legislativa, revelou que ainda há muito a fazer até a apresentação e aprovação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Ainda não há previsão para o PDOT ser enviado para votação na Câmara. Com o plano, o GDF quer definir as regras de ocupação e expansão urbana na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride), classificando as áreas em zonas urbanas e rurais.

Biólogos e ecologistas reclamam que os planos de manejo das áreas de conservação ambiental ainda não foram incluídos no projeto. “A preocupação do governo parece ser só com a questão da falta de moradia, mas se transformarem todas as áreas próximas de reserva em zonas de dinamização urbana, o meio ambiente vai para o espaço”, alerta o biólogo Mauro Ribeiro, gerente de Recursos Naturais da Reserva do IBGE.

Segundo o gerente regional do Ibama-DF, Francisco Palhares, há erros no PDOT que precisam ser consertados. Como a normatização das áreas de preservação ambiental (APA), que são “antagônicas às previstas no plano”. A subsecretária da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), Ana Lúcia Augusto, diz que falta interesse das entidades de participar mais dos debates do PDOT. Ainda não há data marcada para a próxima discussão. (Mário Coelho)